

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- NOÇÕES DE DIREITO --

Questão 1

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, os municípios

- Ⓐ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.
- Ⓑ poderão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓒ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação da ordem pública.
- Ⓓ deverão constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo.
- Ⓔ deverão constituir guardas municipais destinadas à preservação de seus bens.

Questão 2

Carlos, Gabriel e Juan são policiais civis do estado de Pernambuco e estão respondendo a processo disciplinar pelas seguintes razões: Carlos abandonou o cargo; Gabriel aplicou irregularmente dinheiro público no exercício da função; e Juan participou de manifestações contra atos da administração pública em geral. Nenhum dos três é reincidente nas citadas condutas.

Nessa situação hipotética, conforme as disposições da Lei n.º 6.425/1972 (Estatuto do Policial Civil), a pena de demissão é aplicável a

- Ⓐ Juan, somente.
- Ⓑ Carlos, Gabriel e Juan.
- Ⓒ Carlos e Juan, somente.
- Ⓓ Gabriel, somente.
- Ⓔ Gabriel e Carlos, somente.

Questão 3

Suponha que um funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido demitido ilegalmente do serviço público e, por decisão judicial, reingressado no serviço público. Nessa situação hipotética, o seu reingresso denomina-se

- Ⓐ recondução, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓑ reintegração, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓒ reversão, fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓓ reversão, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓔ reintegração, não fazendo ele jus ao ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

Questão 4

De acordo com a Lei Complementar n.º 137/2008, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os integrantes do quadro próprio de pessoal da Polícia Civil de Pernambuco, está impedido de concorrer à progressão o servidor que

- Ⓐ tiver sido punido com pena disciplinar de repreensão.
- Ⓑ tiver sido acusado de infração disciplinar.
- Ⓒ tiver cumprido pena por condenação na esfera criminal.
- Ⓓ não possuir o curso de formação exigido para o cargo.
- Ⓔ estiver há menos de cinco anos no exercício do cargo.

Questão 5

Com fundamento na Constituição Federal de 1988 (CF) e na doutrina majoritária em matéria constitucional, julgue os itens a seguir.

- I A dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, são princípios fundamentais previstos na CF.
- II O poder constituinte originário é caracterizado pela momentaneidade, já que se exaure após estabelecida a Constituição de um país.
- III A norma constitucional que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado tem aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- IV A CF veda, expressa e integralmente, a retroatividade da lei penal.
- V Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso nesse sentido perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e V estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e V estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 6

Julgue os seguintes itens, com base no texto da CF vigente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I A organização político-administrativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos dotados de autonomia, nos termos da CF.
- II É vedado ao estado de Pernambuco estabelecer idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria dos ocupantes dos cargos de agente e de escrivão da Polícia Civil de Pernambuco.
- III Segundo o STF, o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 7

Julgue os itens que se seguem, referentes aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

- I No âmbito federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, cujos membros são eleitos segundo o princípio majoritário, para mandato de quatro anos.
- II Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou na vacância dos respectivos cargos, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.
- III O Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva são órgãos integrantes do Poder Judiciário.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 8

Com fundamento na legislação vigente e na doutrina majoritária a respeito da administração pública, de serviços públicos e de contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- I Em sentido subjetivo, formal ou orgânico, a expressão administração pública designa os entes que exercem a atividade administrativa, tais como pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.
- II É corolário do princípio da supremacia do interesse público a previsão, em lei, de cláusulas exorbitantes aplicáveis aos contratos administrativos.
- III É legítima a interrupção do fornecimento de energia elétrica por razões de ordem técnica, de segurança das instalações, ou, ainda, em virtude do inadimplemento do usuário, quando houver o devido aviso prévio pela concessionária sobre o possível corte no fornecimento do serviço.
- IV As polícias civis integram a administração pública indireta dos respectivos estados.

Estão certos apenas os itens

- A I e III.
- B I e IV.
- C II e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

Questão 9

Considerando as disposições da CF acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- I As polícias civis responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, eventualmente causarem a terceiros.
- II O direito de regresso do Estado contra o responsável pelo dano é assegurado nos casos de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- III A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 10

À luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

- I Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- III A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 11

Durante a noite, uma pessoa adentrou clandestinamente em uma loja que comercializa aparelhos eletrônicos e subtraiu diversos celulares, mas foi detida em flagrante pela polícia.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à causa de aumento de pena no caso de furto noturno, à luz do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

- A A ocorrência do furto à noite e em situação de repouso configura causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, independentemente de o local estar ou não habitado.
- B Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é preciso representação da vítima.
- C O fato de a ação delitiva ter ocorrido em estabelecimento comercial enseja, por si só, o aumento da pena aplicável ao furto noturno.
- D A presença de outra pessoa dentro do estabelecimento comercial no momento da ação delituosa seria causa de aumento de pena relativa ao furto noturno.
- E Para a incidência de causa de aumento de pena relativa ao furto noturno, é imprescindível a comprovação de falta de iluminação adequada no local de ocorrência do delito.

Questão 12

De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe acerca do abuso de autoridade, assinale a opção correta.

- A Os crimes previstos na lei citada são processados mediante ação penal pública condicionada à representação.
- B Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- C Para que agente público responda pelo crime de abuso de autoridade, é suficiente que sua conduta tenha sido praticada mediante dolo geral.
- D Os sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade são necessariamente servidores públicos, ocupantes de cargo efetivo.
- E O rol de sujeitos ativos do crime de abuso de autoridade estabelecido na citada lei é taxativo.

Questão 13

Marta, com 18 anos de idade, conheceu Jacinto em uma festa. Após algum tempo de conversa, Jacinto, simulando portar uma arma de fogo, constrangeu Marta fisicamente a fazer sexo oral, sem o consentimento dela.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos, considerando a legislação penal brasileira e o entendimento jurisprudencial do STJ.

- I O ato praticado por Jacinto configura apenas constrangimento ilegal, uma vez que não houve conjunção carnal.
- II Jacinto praticou o crime de importunação sexual.
- III A simulação do porte de arma de fogo pode configurar grave ameaça para fins de estupro.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas o item III está certo.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Apenas os itens II e III estão certos.

Questão 14

Durante uma *blitz* de trânsito, o condutor João se recusou a realizar o teste do etilômetro (bafômetro) e se negou a entregar sua carteira nacional de habilitação aos policiais.

Nessa situação hipotética, João cometeu

- A infração administrativa classificada como gravíssima.
- B crime de dirigir veículo sem habilitação.
- C crime de desacato.
- D crime de embriaguez ao volante.
- E contravenção penal de perturbação do trabalho alheio.

Questão 15

O agente de polícia Júlio, ao tomar conhecimento da prática de um furto qualificado, solicitou dinheiro a um suspeito, com a promessa de não incluir o nome deste no relatório oficial.

Nessa situação hipotética, Júlio cometeu o crime de

- A emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- B prevaricação.
- C concussão.
- D corrupção passiva.
- E peculato.

Questão 16

Assinale a opção correta em relação às normas gerais do processo penal.

- A É vedada a interpretação extensiva das normas processuais penais, uma vez que vigora o princípio da estrita legalidade.
- B Admite-se a aplicação analógica de leis processuais penais, bem como a suplementação pelos princípios gerais do direito.
- C Os crimes militares são apurados segundo as regras do Código de Processo Penal (CPP), sendo o Código de Processo Penal Militar aplicado de forma subsidiária.
- D A superveniência de nova lei processual invalida os atos processuais praticados na vigência da lei anterior, salvo se houver ratificação.
- E Em regra, a nova lei processual só alcança as ações penais referentes a crimes praticados após a sua vigência, sob pena de violação ao princípio da irretroatividade.

Questão 17

Considere que tenha sido instaurado inquérito para apurar a ocorrência de crime de tráfico de pessoas e que, no curso do procedimento para o esclarecimento do fato, tenha-se revelado necessária a requisição de informações cadastrais do investigado constantes do banco de dados de uma empresa privada. Nesse caso,

- A a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações; porém, no caso da autoridade policial, a diligência dependerá de autorização judicial.
- B a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- C apenas o Ministério Público poderá requisitar tais informações, porém a diligência dependerá de autorização judicial.
- D a autoridade policial e o Ministério Público poderão requisitar tais informações diretamente à empresa, a qual terá prazo de 24 horas para atender essa requisição.
- E apenas a autoridade policial poderá requisitar tais informações, sendo a diligência dependente de autorização judicial.

Questão 18

José está sendo investigado pela prática do crime de roubo contra Maria. Tanto José quanto Maria têm mais de 18 anos de idade.

No curso do inquérito nessa situação hipotética,

- A apenas José poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade judicial.
- B José e Maria poderão requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- C José e Maria poderão requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.
- D apenas José poderá requerer qualquer diligência, ficando a autoridade policial vinculada ao pedido.
- E apenas Maria poderá requerer qualquer diligência, cuja realização ficará a juízo da autoridade policial.

Questão 19

No que se refere à prova no processo penal, julgue os itens a seguir, à luz do CPP.

- I É vedada a indicação de assistente técnico pelo assistente de acusação para acompanhamento da realização da perícia criminal.
- II Nas perícias de laboratório, os peritos devem guardar material suficiente para a eventualidade de nova perícia.
- III O juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial, por ser este uma prova técnica.
- IV O exame de corpo de delito pode ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 20

Acerca do crime de furto qualificado, para o qual é cabível a pena de 2 a 8 anos de reclusão e multa, assinale a opção correta de acordo com o CPP.

- Ⓐ Caso seja constatado que o acusado não possui residência e trabalho fixos, será inviável a fixação da medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno.
- Ⓑ Caso seja constatado por perícia que o acusado é inimputável, será cabível sua internação provisória.
- Ⓒ Em caso de prisão em flagrante, a liberação do acusado será possível mediante o pagamento de fiança arbitrada pela autoridade policial.
- Ⓓ Em razão da pena prevista e da natureza do delito, não é cabível a prisão preventiva.
- Ⓔ Em caso de prisão em flagrante, caberá a concessão de prisão domiciliar caso o acusado comprove ser o único responsável por adolescente de 14 anos de idade.

Espaço livre